

José Anderson Farias da Silva Bomfim

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
andersonfbomfim@gmail.com

Silvana Nunes de Queiroz

Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA), com doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq
silvana.queiroz@urca.br

Antônio Alfredo Teles de Carvalho

Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
acarvalho@igdema.ufal.br

Segregação socioespacial e racialização do espaço urbano em Natal (RN): evidências intraurbanas a partir do censo 2022

Resumo

A urbanização brasileira é marcada por profundas desigualdades socioespaciais que se materializam na organização interna das cidades. Neste contexto, o presente artigo analisa a segregação socioespacial em Natal (RN), tomando como referência a noção de “*apartheid* à moda brasileira” como chave interpretativa para compreender a produção desigual do espaço urbano. O objetivo consiste em discutir se a distribuição racial da população se articulou com as desigualdades nas condições domiciliares e no acesso à infraestrutura urbana, configurando um padrão territorial persistente de exclusão. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem quantitativa descritiva e cartografia temática a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2022. A análise cruzada entre raça/cor, composição domiciliar, saneamento e alfabetização evidencia a sobreposição espacial entre concentração de população preta e parda, maior adensamento domiciliar, precariedade sanitária e vulnerabilidade educacional. Os resultados indicam que a segregação em Natal

não se limita a diferenças econômicas, mas expressa uma dimensão racializada da produção do espaço urbano. Conclui-se que o território se expressa como mecanismo ativo de reprodução de desigualdades, reforçando a necessidade de políticas públicas orientadas pela justiça espacial.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, Racialização do espaço, Centro-periferia, Habitabilidade.

Abstract

SOCIOSPATIAL SEGREGATION AND THE RACIALIZATION OF URBAN SPACE IN NATAL (RN): INTRA-URBAN EVIDENCE FROM THE 2022 CENSUS

Brazilian urbanization is marked by deep sociospatial inequalities that shape the internal organization of cities. Within this context, this article examines sociospatial segregation in Natal (Rio Grande do Norte), using the notion of a “Brazilian-style apartheid” as an interpretive framework to understand the uneven production of urban space. The study aims to assess whether the racial distribution of the population is associated with disparities in housing conditions and access to urban infrastructure, thus configuring a persistent territorial pattern of exclusion. Methodologically, the research adopts a descriptive quantitative approach with a critical-interpretive perspective, based on descriptive statistical analysis and thematic cartography using data from the 2022 Demographic Census. The combined analysis of race/color, household composition, sanitation, and literacy reveals a clear spatial overlap between the concentration of Black and mixed-race populations, higher household density, precarious sanitation conditions, and educational vulnerability. The findings indicate that segregation in Natal goes beyond economic inequalities, expressing a racialized dimension in the production of urban space. The study concludes that territory operates as an active mechanism in the reproduction of inequalities, reinforcing the need for public policies grounded in spatial justice.

Key-words: Sociospatial segregation, Racialization of space, Center-periphery, Habitability.

1. Introdução

A urbanização brasileira é marcada por suas profundas desigualdades espaciais, que se manifestam claramente na estrutura das capitais regionais. Nesse cenário, Ojima, Monteiro e Nascimento (2017) ressaltam que muitos países com industrialização tardia, como o Brasil, enfrentam desafios para atender as necessidades sociais por meio de modelos de produção mais horizontais, o que, por sua vez, intensifica a segregação socioespacial.

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, com uma população de 751.300 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022, é reflexo dessa lógica de exclusão. Sua configuração espacial contrasta um centro historicamente consolidado e bem infraestruturaado com periferias que sofrem com a carência de serviços básicos (MOURA, 2014).

A capital Potiguar configura-se como um microcosmo da segregação socioespacial que atravessa numerosas metrópoles brasileiras. À luz dos episódios denominados de “*apartheid* à moda brasileira”, expressão inicialmente empregada por Aziz Ab’Sáber e posteriormente retomada por Santos em sua obra clássica *O Espaço do Cidadão* (1987), percebe-se que, na capital potiguar, erguem-se muros “invisíveis” que separam não apenas espaços físicos, mas também modos de vida, oportunidades e o acesso a direitos fundamentais. Tais obstáculos operam na forma de exclusões espaciais que, apesar de sutis e não institucionalizadas, perpetuam desigualdades profundas.

A mobilidade urbana, ou sua ausência, reforça essas divisões, limitando as possibilidades de melhoria nas condições de vida para os menos favorecidos. É com base nesse quadro de referência que o presente texto dá continuidade à discussão acerca de como a distribuição populacional, observada a partir de critérios como raça/cor, se reorganiza no espaço urbano, considerando suas implicações sociais, espaciais e as especificidades que marcam a dinâmica da cidade.

De acordo com Santos (2020, p. 80), “a capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos”. A advertência do autor evidencia que a apropriação desigual do espaço constitui um mecanismo silencioso de fragmentação social, onde a aparente proximidade física não elimina distâncias concretas no acesso a recursos e oportunidades. Nesse sentido, a leitura cartográfica desses aspectos possibilita visualizar, com maior nitidez, as engrenagens por meio das quais a desigualdade urbana é produzida e reproduzida, bem como os seus impactos diretos sobre o acesso da população aos serviços essenciais e às infraestruturas que estruturam a vida na cidade.

Ao utilizar o termo “*apartheid* à moda brasileira”, a pesquisa propõe examinar se, em Natal, a segregação socioespacial se configura como traço estruturante da organização urbana e de que modo ela se distribui

territorialmente, a partir das variáveis selecionadas e disponibilizadas pelo Censo Demográfico de 2022. Ou seja, buscou-se tratar o tema com rigor técnico e científico, evitando limitar-se a uma mera descrição de um fenômeno marcado por desigualdades sociais, econômicas e políticas, na medida em que se busca compreender como tais assimetrias se materializam e se reproduzem na configuração territorial da capital potiguar. O emprego da expressão estabelece uma analogia, sem qualquer relativização histórica, com o processo institucionalizado no regime da África do Sul, mas utilizando-a como chave interpretativa para analisar as especificidades identificadas em Natal.

O suporte teórico deste trabalho ancora-se, sobretudo, nas contribuições de Sposito (2017), que mostra que o conceito de centro-periferia ultrapassa uma simples divisão territorial, constituindo-se como expressão espacial de uma estrutura de poder inscrita no tecido urbano. Nessa perspectiva, as áreas centrais concentram investimentos públicos e privados, equipamentos urbanos, valorização imobiliária e centralidade simbólica, ao passo que as periferias se caracterizam pelas descontinuidades das ações estatais, pela informalidade e por condições precárias de infraestrutura e serviços.

De forma complementar, a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021) oferece dados empíricos cruciais sobre as condições de vida da população brasileira. O documento evidencia que o acesso à moradia adequada, ao saneamento e à infraestrutura urbana segue sendo um desafio central, principalmente para as populações de baixa renda nas periferias das grandes cidades. Portanto, corroborando com a assertiva de Ojima, Monteiro e Nascimento (2017), ao destacarem as dificuldades permanentes que os mais pobres enfrentam para acessar o solo urbano.

Dessa forma, o problema que orientou a pesquisa consiste em verificar se a segregação socioespacial em Natal se estrutura de forma racialmente diferenciada, articulando a distribuição da população segundo raça/cor, as desigualdades nas condições domiciliares e no acesso à infraestrutura urbana. E ainda, identificar se essa sobreposição revela um padrão territorial persistente de exclusão, interpretável à luz da noção de *apartheid* à moda brasileira.

Este estudo contribui para o avanço da literatura sobre segregação socioespacial no Brasil ao integrar, em escala intraurbana, a análise

da distribuição racial da população às condições habitacionais e ao acesso à infraestrutura urbana, com base em dados recentes do Censo Demográfico de 2022. Ao examinar o caso de Natal (RN), a pesquisa evidencia empiricamente a sobreposição entre raça, precariedade infraestrutural e vulnerabilidade socioeconômica, reforçando a interpretação da produção do espaço urbano como um processo estruturalmente racializado. Do ponto de vista metodológico, o trabalho inova ao articular estatística descritiva e cartografia temática na identificação de padrões espaciais de desigualdade, frequentemente obscurecidos em análises agregadas. Dessa forma, contribui não apenas para o aprofundamento teórico-empírico do tema, mas também para o delineamento de políticas públicas orientadas pela justiça espacial e pela redução das desigualdades territoriais.

2. Quadro Teórico

A segregação socioespacial é uma expressão das desigualdades sociais que se manifestam no espaço urbano. Lefebvre (1991) destaca que o espaço não é neutro, mas socialmente produzido, refletindo as relações de poder e controle existentes na sociedade. Assim, as divisões territoriais reproduzem desigualdades estruturais, criando áreas valorizadas e outras marginalizadas. Em relação ao conceito de centro-periferia, aplicados a esta investigação, entende-se que:

Alguns traços essenciais relativos ao centro e à periferia devem ser destacados para uma caracterização inicial dos territórios urbanos. O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade (SPOSITO, 2017, p. 28).

Aprofundando a discussão, Santos (1990, p. 60) analisa o paradoxo entre a cidade visível e a invisível, conforme o autor “[...] a parcela maior da sociedade urbana, em graus mais ou menos grande, fica excluída dos benefícios do abastecimento de água, dos esgotos, do calçamento, dos transportes etc. Eis aí, também, um dos aspectos mais chocantes dos contrastes entre centro e periferia”. E, acrescenta-se, que

[...] para os seus moradores menos móveis, a cidade é impalpável. Ela, porém, impõe-se como um amontoado de signos aparentemente desconstruídos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor (SANTOS, 2020, p. 27).

Nessa perspectiva observa-se que a urbanização capitalista é marcada pela segregação funcional e social, onde a lógica do mercado imobiliário privilegia as áreas centrais e deixa a periferia para os grupos menos favorecidos (HARVEY, 2006). Essa divisão espacial não apenas limita o acesso aos recursos urbanos, mas também restringe a mobilidade social dos indivíduos, mantendo-os presos a ciclos de pobreza e exclusão. A geografia do consumo urbano reforça essas barreiras invisíveis. Conforme Santos (2020, p. 63) “[...] morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”.

Vale destacar que Bourdieu (1984) amplia essa perspectiva ao relacionar o espaço com o capital simbólico e cultural. A segregação não é apenas econômica, mas também cultural, influenciando as práticas sociais, os hábitos e as formas de sociabilidade. Os muros invisíveis se manifestam também em barreiras simbólicas que reforçam estigmas e preconceitos contra os moradores das áreas segregadas, porque “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (SANTOS, 2020, p. 64).

O Atlas das Periferias (GOES et al., 2021) revela como o espaço urbano brasileiro opera seletivamente a partir da racialização da pobreza. As periferias, classificadas como aglomerados subnormais, concentram uma população majoritariamente negra: em 2010, 68,6% dos moradores dessas áreas se declararam pretos ou pardos, frente a 30,6% de brancos. Essa sobrerrepresentação não é acidental, mas sintoma de um processo histórico de exclusão racial e espacial que estrutura o tecido urbano a partir da hierarquização racial. O racismo estrutural, portanto, não se expressa apenas em relações interpessoais, mas se manifesta materialmente nas formas urbanas e nos acessos desiguais à infraestrutura e aos serviços públicos.

No caso específico de Natal, a segregação espacial está vinculada a processos históricos e econômicos. Estudos de Silva (2017) e Medeiros

(2012) mostram como as periferias da capital potiguar são marcadas pela ausência de infraestrutura e pela precarização dos serviços públicos, fatores que aprofundam o chamado “*apartheid* à moda brasileira”.

Essa leitura do urbano também reforça a importância de perceber a segregação como parte de uma lógica espacial que estrutura desigualdades e estigmatiza territórios. De acordo com Sposito (2017), a segregação não é apenas o resultado da ausência de infraestrutura, mas também um efeito da estrutura simbólica da cidade, que define quem pertence ao centro e quem é empurrado para as margens. Nesse sentido, o conceito de “centro-periferia” deve ser lido como uma metáfora da desigualdade urbana que transcende as delimitações cartográficas.

Avançando na discussão, a compreensão contemporânea da segregação socioespacial exige o deslocamento analítico da noção clássica de *apartheid* como regime jurídico formal para sua dimensão estrutural e territorial. Nesse sentido, Yiftachel (2009), em suas investigações no contexto internacional, propõe a expressão *gray spaces* (espaços cinzentos) para designar áreas urbanas situadas entre a legalidade plena e a exclusão absoluta, caracterizadas por uma condição de permanência precária e tolerância ambígua. Tais espaços não são plenamente incorporados à cidadania urbana, tampouco eliminados, permanecendo sob constante ameaça de remoção, regularização seletiva ou invisibilização institucional. Para o autor, essa lógica produz uma forma de “*apartheid* urbano gradual”, onde o planejamento atua como instrumento classificatório que estratifica direitos e produz “cidadanias” diferenciadas.

A partir desses aportes e a fim de comparação, a ideia de *apartheid* urbano pode ser compreendida como um regime político-territorial caracterizado pela coexistência de múltiplos status de cidadania dentro de um mesmo espaço metropolitano. Conforme indicam Yiftachel (2009) e Yacobi (2016), trata-se de uma estrutura que combina separação espacial, diferenciação jurídica implícita e desigualdade material persistente. Nesse sentido, a segregação não é apenas resultado de dinâmicas de mercado, mas expressão de um projeto de ordenamento que administra a inclusão de forma hierarquizada. A produção de periferias precarizadas, a fragmentação da malha urbana e a seletividade nos investimentos públicos constituem, assim, elementos estruturantes de uma geografia

da desigualdade que pode ser interpretada como forma contemporânea de apartheid.

É importante destacar que, para os fins deste estudo, não se adota diretamente a teoria do *apartheid* urbano anteriormente apresentada como arcabouço analítico central. Sua utilização ocorre, antes, com o objetivo de evidenciar os avanços do debate em âmbito internacional e de situar a discussão sobre exclusão socioespacial em um horizonte comparativo mais amplo. O termo '*apartheid* à moda brasileira' aqui também é empregado como categoria analítica interpretativa de natureza metafórica, não se configurando como conceito teórico formal ou transposição histórica direta do regime sul-africano, mas como instrumento crítico para leitura das desigualdades territoriais, conforme já dito anteriormente. Ao dialogar com essas formulações, busca-se compreender como tais reflexões têm sido desenvolvidas em contextos distintos do brasileiro, estabelecendo um contraponto que permita iluminar, de forma mais precisa, as especificidades da realidade potiguar e particularmente da cidade de Natal.

A partir desses aportes, este estudo sustenta que a segregação socioespacial em Natal não pode ser compreendida apenas como desigualdade econômica, mas como articulação entre mercado imobiliário, política urbana seletiva e racialização histórica do território.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa descritiva de orientação crítico-interpretativa, integrando análise descritiva e cartografia temática com fundamentação teórica ancorada na geografia crítica e na sociologia urbana. Foram utilizados dados secundários do Censo Demográfico de 2022, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com ênfase nas variáveis de raça/cor, composição domiciliar, analfabetismo e condições de saneamento.

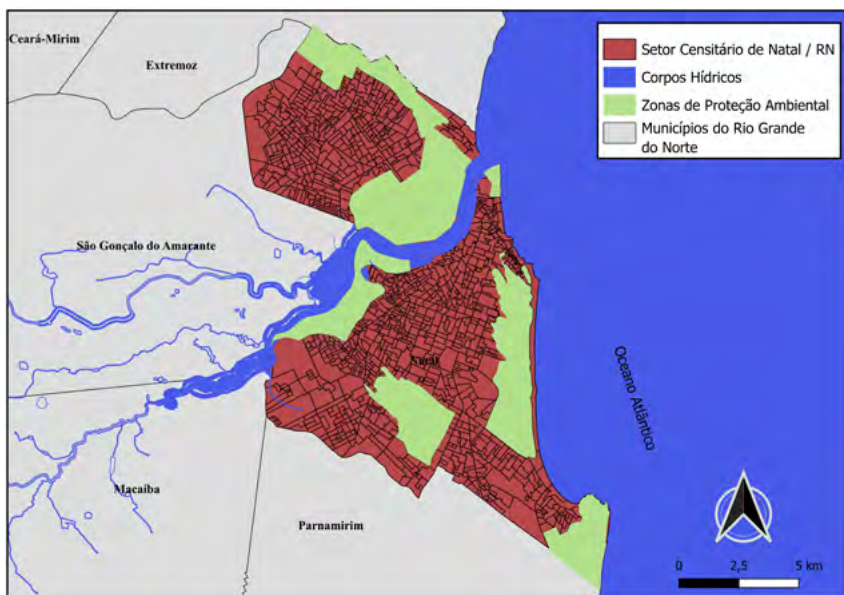
A análise foi guiada por categorias sociológicas e geográficas que consideram o espaço como produto social, conforme propõe Lefebvre (1991). A estatística descritiva foi empregada como instrumento de sistematização

e leitura estruturada dos dados, não com finalidade inferencial, mas como base empírica para interpretação das desigualdades socioespaciais à luz das categorias teóricas utilizadas. O recorte espacial da investigação abrange os setores censitários urbanos do município de Natal (mapa 1). A escolha dessa unidade territorial permite identificar padrões intraurbanos de concentração racial e desigualdade com maior precisão. O recorte temporal se limita ao ano de 2022, considerando a atualidade e abrangência dos dados censitários disponíveis.

As variáveis selecionadas (quadro 1) incluem: (i) distribuição da população segundo raça/cor; (ii) número de moradores por domicílio; (iii) tipo de moradia; (iv) destinação do esgotamento sanitário; e (v) condição de alfabetização do responsável pelo domicílio. Esses indicadores possibilitam examinar a articulação entre estrutura demográfica, condições habitacionais e acesso à infraestrutura básica.

Mapa 1

DISTRIBUIÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS NA CIDADE DE NATAL-RN, 2022



Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022)

A análise quantitativa fundamenta-se na aplicação de técnicas de estatística descritiva, com ênfase na distribuição proporcional das

variáveis selecionadas nos setores censitários urbanos de Natal. Esses procedimentos foram utilizados como suporte empírico para a interpretação crítica dos padrões espaciais identificados, articulando evidências estatísticas à discussão teórica sobre segregação, racialização do espaço e lógica centro-periferia.

Para o tratamento e representação espacial dos dados, foram utilizados recursos de geotecnologias por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), com destaque para o software QGIS. Os mapas temáticos elaborados permitiram visualizar a distribuição territorial das variáveis selecionadas, favorecendo a identificação de padrões de sobreposição entre concentração racial e precariedade infraestrutural.

A opção metodológica adotada justifica-se pela importância de articular evidências empíricas recentes à leitura estrutural da produção desigual do espaço urbano, sem recorrer a modelagens estatísticas inferenciais, mas privilegiando a coerência entre dados territoriais e interpretação crítica.

Apesar das contribuições apresentadas, algumas limitações devem ser consideradas. Ressalta-se que a utilização de dados do Censo Demográfico de 2022 constitui um dos principais pontos fortes do estudo, dada sua abrangência e atualidade. Ainda assim, por se tratar de uma fonte de natureza transversal, a análise não permite captar dinâmicas temporais da segregação socioespacial, nem suas transformações ao longo do tempo.

Ademais, a abordagem metodológica, baseada em estatística descritiva e cartografia temática, não incorpora medidas formais de dependência espacial ou técnicas inferenciais, o que limita a identificação de padrões estatisticamente significativos de concentração e segregação. Por fim, a análise não contempla dimensões qualitativas da experiência urbana, como percepções de desigualdade, estratégias de mobilidade ou formas cotidianas de apropriação do espaço, aspectos que podem ser explorados em pesquisas futuras.

Quadro 1

VARIÁVEIS ESCOLHIDAS A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022

Variável	Descrição
V00001	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados
V00017	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 1 morador no domicílio
V00018	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 2 moradores no domicílio
V00019	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 3 moradores no domicílio
V00020	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 4 moradores no domicílio
V00021	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 5 moradores no domicílio
V00022	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 6 moradores no domicílio
V00023	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 7 moradores no domicílio
V00024	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 8 moradores no domicílio
V00025	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 9 moradores no domicílio
V00026	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, com 10 ou mais moradores no domicílio
V00090	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é branca
V00091	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é preta
V00093	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é parda
V00095	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa de vila ou em condomínio, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é branca
V00096	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa de vila ou em condomínio, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é preta
V00098	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é casa de vila ou em condomínio, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é parda
V00100	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é apartamento, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é branca
V00101	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é apartamento, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é preta
V00103	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é apartamento, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é parda
V00309	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Destinação do esgoto do banheiro ou sanitário ou buraco para dejeções é rede geral ou pluvial
V00312	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Destinação do esgoto do banheiro ou sanitário ou buraco para dejeções é fossa rudimentar ou buraco
V00937	Pessoa responsável pelo domicílio, 15 a 19 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00939	Pessoa responsável pelo domicílio, 20 a 24 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00941	Pessoa responsável pelo domicílio, 25 a 29 anos, Morador não sabe ler e escrever

Quadro 1 – CONTINUAÇÃO

Variável	Descrição
V00943	Pessoa responsável pelo domicílio, 30 a 34 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00945	Pessoa responsável pelo domicílio, 35 a 39 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00947	Pessoa responsável pelo domicílio, 40 a 44 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00949	Pessoa responsável pelo domicílio, 45 a 49 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00951	Pessoa responsável pelo domicílio, 50 a 54 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00953	Pessoa responsável pelo domicílio, 55 a 59 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00955	Pessoa responsável pelo domicílio, 60 a 64 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00957	Pessoa responsável pelo domicílio, 65 a 69 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00959	Pessoa responsável pelo domicílio, 70 a 79 anos, Morador não sabe ler e escrever
V00961	Pessoa responsável pelo domicílio, 80 anos ou mais, Morador não sabe ler e escrever

Fonte: Dicionário de dados agregados por setores censitários do IBGE (2022).

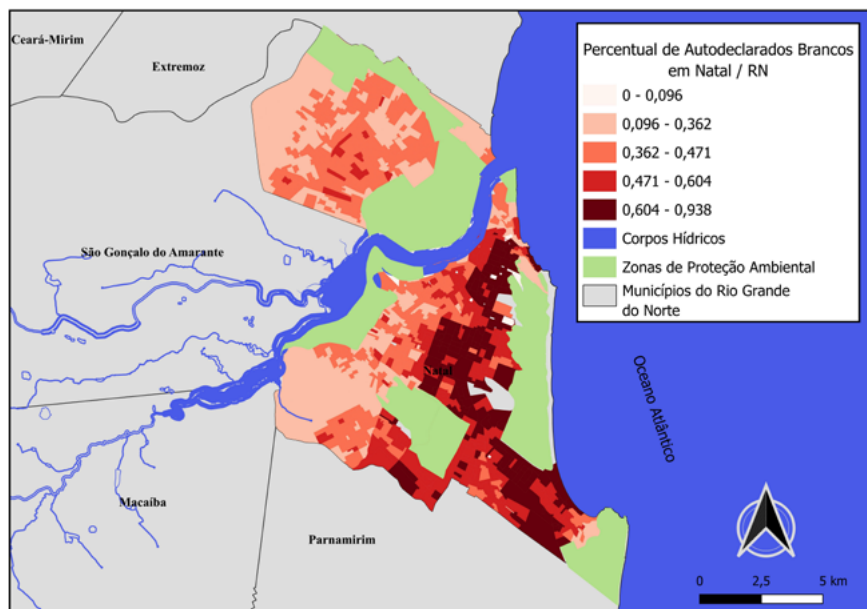
4. Resultados e Discussão

A presente seção dedica-se à apresentação e à análise dos resultados obtidos a partir das variáveis selecionadas do Censo Demográfico de 2022, buscando confrontá-los com o referencial teórico anteriormente delineado. Mais do que expor dados de forma descritiva, pretende-se interpretá-los à luz das discussões sobre segregação socioespacial, centro-periferia e distribuição dos habitantes conforme raça/cor no espaço urbano, de modo a evidenciar como tais dinâmicas se materializam na cidade de Natal.

Em relação à distribuição percentual, conforme a raça/cor, observa-se que, ao representar o percentual de habitantes autodeclarados brancos (mapa 2), evidencia-se setores com mais de 60% nos bairros centrais e historicamente valorizados da cidade, como Tirol, Petrópolis e Lagoa Nova. Essa distribuição, longe de constituir um fenômeno aleatório, inscreve-se em um processo histórico de produção desigual do espaço urbano, no qual políticas de urbanização, dinâmicas do mercado imobiliário e padrões seletivos de investimento público contribuíram para consolidar determinadas áreas como espaços de prestígio social e alta valorização fundiária.

Mapa 2

PERCENTUAL DE HABITANTES AUTODECLARADOS BRANCOS NO CENSO DEMOGRÁFICO, 2022 (X100)



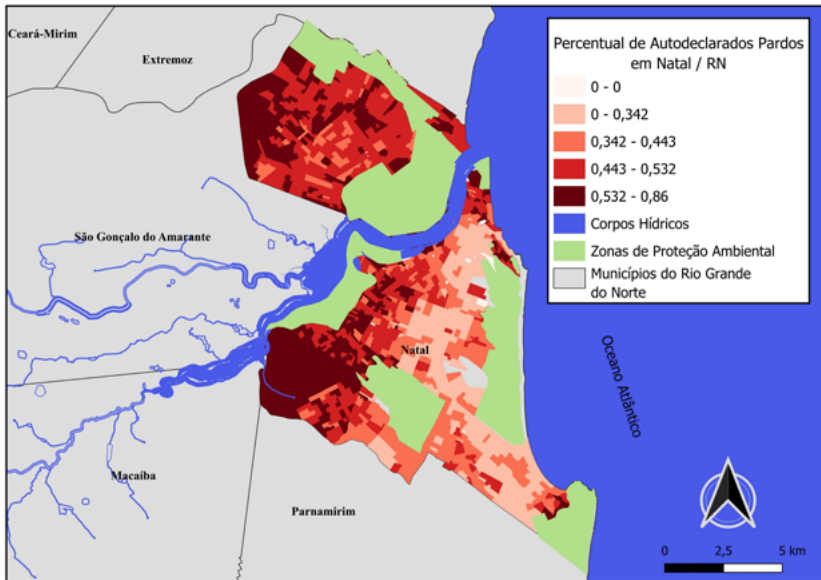
Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Por sua vez, os mapas 3 e 4, ao evidenciarem os percentuais de população autodeclarada parda (acima de 53%) e preta, revelam um padrão espacial inverso àquele observado nas áreas de maior concentração de brancos. Nota-se a predominância desses grupos em regiões periféricas, marcadas pela menor oferta de infraestrutura urbana, fragilidade na oferta de serviços públicos e maior exposição a vulnerabilidades socioeconômicas.

Ao observar os mapas de distribuição em Natal/RN por raça/cor, é possível verificar a repetição do padrão nacional, anteriormente descrito pelo *Atlas das Periferias* (GOES et al., 2021): os setores com maior proporção de população negra coincidem com os territórios com menor cobertura de serviços públicos e maiores índices de precariedade urbana. A população preta e parda está majoritariamente alocada em bairros periféricos.

Mapa 3

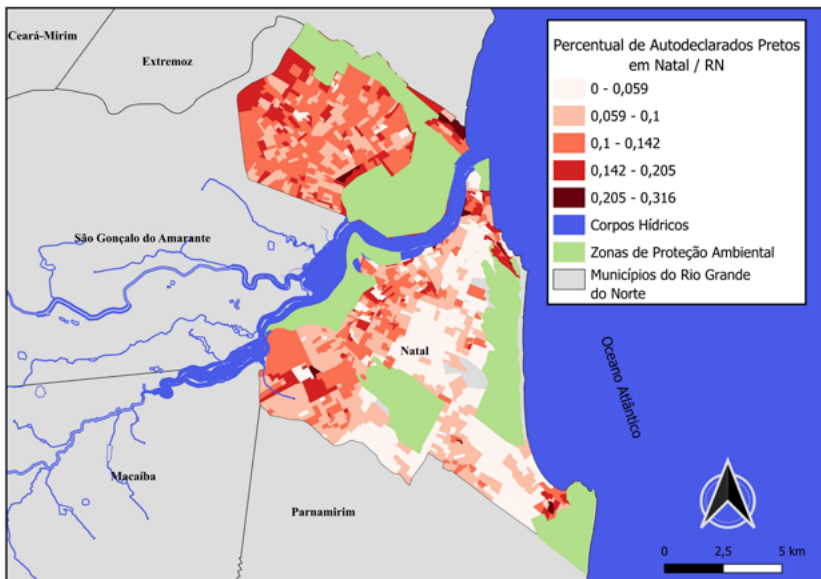
PERCENTUAL DE HABITANTES AUTODECLARADOS PARDOS NO CENSO DEMOGRÁFICO, 2022 (X100)



Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Mapa 4

PERCENTUAL DE HABITANTES AUTODECLARADOS PRETOS NO CENSO DEMOGRÁFICO, 2022 (X100)

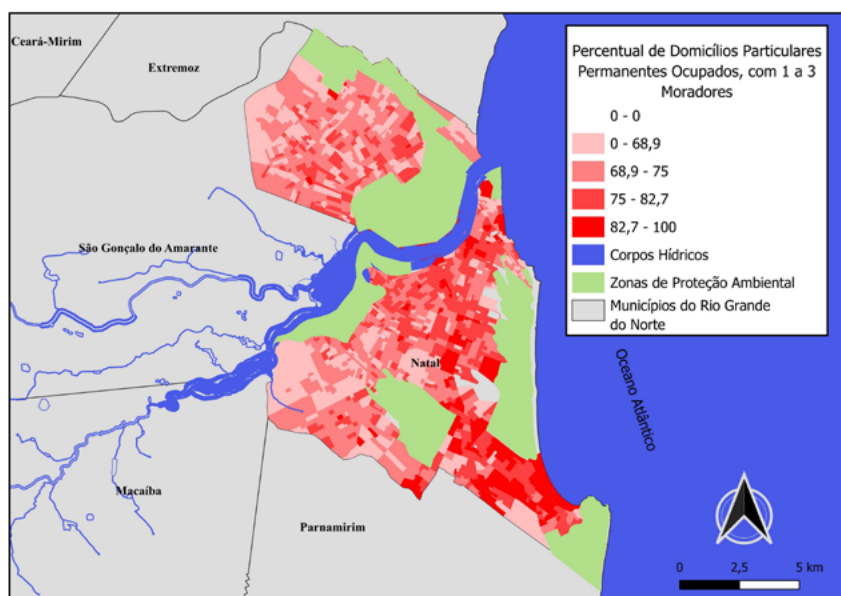


Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Em relação à composição populacional dos domicílios, identifica-se que a distribuição das habitações com 1 a 3 moradores (mapa 5), com setores acima de 75%, apresenta maior concentração nas áreas centrais e em bairros dotados de melhor infraestrutura urbana, evidenciando uma associação entre centralidade, tipologia habitacional e perfil demográfico. Tal configuração pode estar relacionada à predominância de unidades residenciais com a presença de arranjos familiares reduzidos, incluindo casais sem filhos, pessoas idosas que vivem sozinhas ou indivíduos solteiros.

Mapa 5

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS COM 1 A 3 MORADORES EM NATAL-RN, 2022



Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

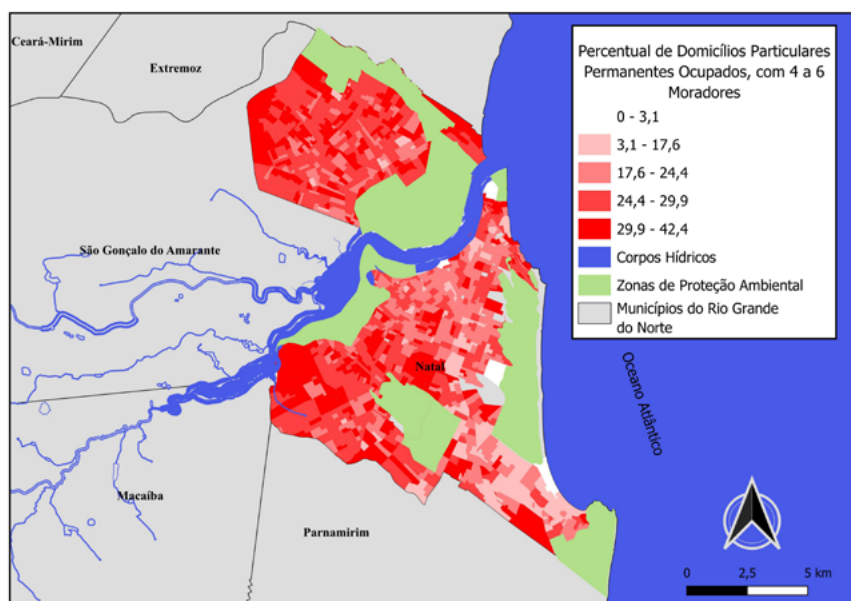
A distribuição espacial observada sugere que a organização socioespacial de Natal reproduz um padrão histórico de hierarquização racial brasileira. Tal configuração não resulta exclusivamente de dinâmicas contemporâneas do mercado imobiliário, mas de processos históricos de ocupação urbana que privilegiaram determinados grupos sociais. Ao longo do processo de expansão da cidade, investimentos públicos em infraestrutura,

transporte e equipamentos urbanos concentraram-se em áreas específicas, produzindo trajetórias diferenciadas de valorização territorial.

Inversamente ao mapa anterior, o mapa 6 evidencia maior concentração de domicílios com 4 a 6 moradores nas áreas periféricas, indicando a predominância de famílias mais numerosas nos setores menos valorizados da cidade. Tal configuração espacial sugere não apenas diferenças demográficas, mas desigualdades estruturais no acesso à moradia, uma vez que, em muitos casos, famílias extensas compartilham unidades habitacionais de dimensões limitadas e infraestrutura insuficiente.

Mapa 6

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS COM 4 A 6 MORADORES EM NATAL-RN, 2022



Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

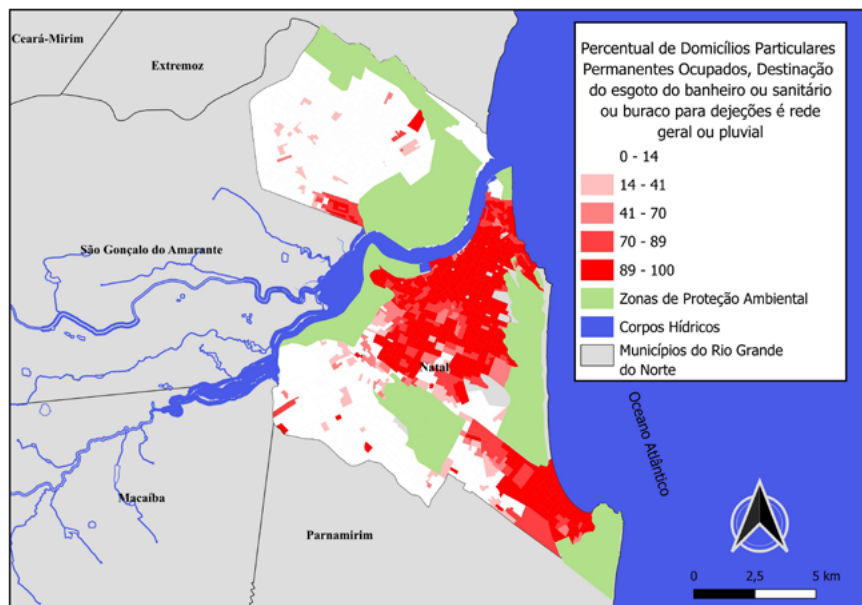
A análise conjunta da composição domiciliar e da distribuição racial reforça o padrão identificado. Nos setores com maior concentração de população preta e parda, observa-se que os domicílios com 4 ou mais moradores representam mais de 42% do total, percentual significativamente superior ao registrado nos setores de predominância branca, onde esse indicador situa-se em torno de 24%. Tal configuração sugere não apenas diferenças

demográficas, mas desigualdades estruturais no acesso à moradia adequada, indicando maior probabilidade de adensamento domiciliar nas áreas periféricas. O padrão revela que o território se expressa como revelador das desigualdades, mesclando composição racial e condições habitacionais. Acerca dessa questão, Lefebvre (1968, p. 121) mostra que “a massa, premiada por múltiplas coações, aloja-se espontaneamente nas cidades satélites, nos subúrbios programados, nos guetos mais ou menos ‘residenciais’; tem para si apenas o espaço medido com cuidado; o tempo lhe escapa”.

No que se refere às condições de habitabilidade, o acesso ao esgotamento sanitário (mapa 7) apresenta-se como um dos mais relevantes indicadores da qualidade de vida urbana, por expressar o grau de cobertura da infraestrutura básica e a efetividade das políticas públicas. A análise espacial (mapa 8) revela que nas áreas periféricas persiste uma ausência significativa desse serviço, evidenciando a desigualdade na distribuição dos investimentos urbanos. Os resultados sugerem que a segregação urbana natalense não pode ser reduzida a um fenômeno econômico.

Mapa 7

DOMÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS COM DESTINAÇÃO DO ESGOTO PARA REDE GERAL OU PLUVIAL EM NATAL-RN, 2022



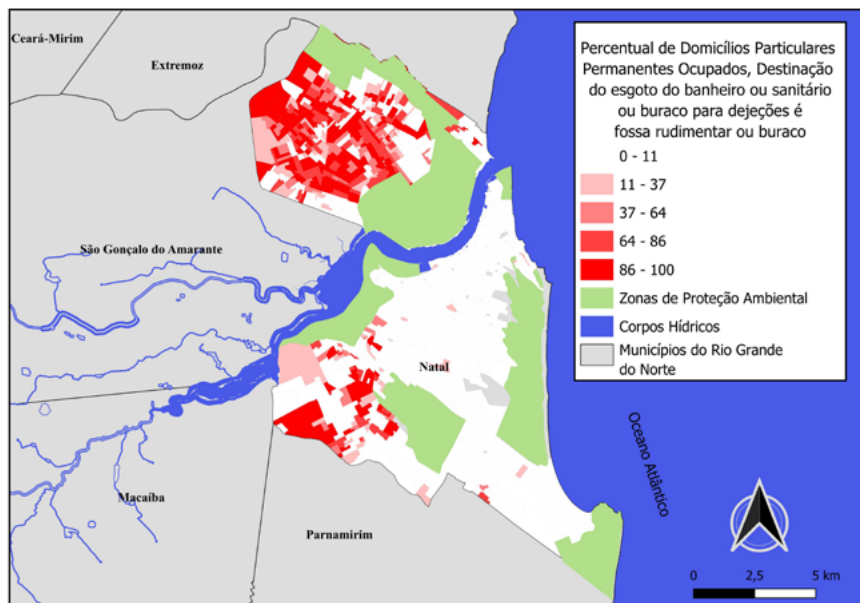
Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Essa carência não representa apenas uma limitação técnica, mas implica em consequências diretas à saúde coletiva, ampliando a exposição da população a riscos sanitários, contaminação ambiental e degradação dos recursos hídricos. A desigualdade na distribuição da infraestrutura sanitária revela, portanto, a dimensão da injustiça territorial urbana.

A sobreposição espacial entre raça/cor e infraestrutura sanitária torna-se ainda mais evidente quando se observa conjuntamente os setores censitários com maior proporção de população preta e parda e os indicadores de destinação inadequada do esgoto. Nos setores em que a população preta e parda supera 70% do total de residentes, a proporção de domicílios com esgotamento sanitário destinado a fossa rudimentar ou buraco ultrapassa 86%, enquanto nos setores com predominância de população branca, esse percentual não ultrapassa 11%. Essa diferença evidencia que a precariedade sanitária não se distribui territorialmente de forma aleatória, mas expressa a concentração racial da população, configurando um padrão territorial de desigualdade que envolve raça e infraestrutura urbana.

Mapa 8

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS COM DESTINAÇÃO DO ESGOTO PARA FOSSA RUDIMENTAR OU BURACO EM NATAL-RN, 2022



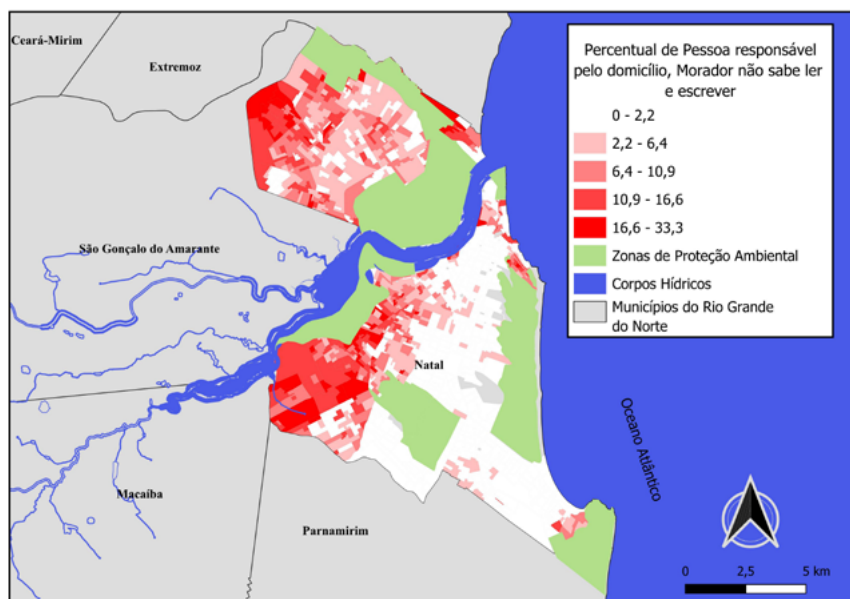
Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Em relação a população que habita na periferia, Santos (2020, p. 143) destaca que “morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial”.

A distribuição desigual do analfabetismo (mapa 9) não apenas reflete disparidades históricas no acesso à educação formal, mas também evidencia como as condições socioeconômicas e a localização urbana influenciam as oportunidades de escolarização e permanência na escola. Santos (1990, p. 62) acrescenta que “os bairros cuja população dispõe de uma renda alta são mais bem contemplados com serviços públicos do que aqueles onde a renda é mais baixa”.

Mapa 9

PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, MORADOR EM CONDIÇÃO DE ANALFABETISMO EM NATAL-RN, 2022



Fonte: Elaboração própria com a base cartográfica do IBGE (2022).

Por fim, à luz da lógica centro-periferia, a análise dos dados domiciliares da cidade de Natal evidencia a persistência de um padrão estruturado de desigualdade socioespacial que organiza o tecido urbano de maneira hierarquizada. A concentração dos indicadores positivos de habitabilidade,

como melhor infraestrutura, menor adensamento domiciliar e maior acesso a serviços básicos nas áreas centrais contrasta de forma contundente com a precariedade observada nas áreas periféricas, reafirmando a materialização territorial da exclusão social. Consonante com essa discussão, Santos (1990, p. 15) vai relatar em sua obra, *Metrópole Corporativa Fragmentada*, que “tudo o que há de mais moderno pode aí ser encontrado, ao lado das carências mais gritantes”.

5. Considerações Finais

A análise realizada demonstrou que a segregação socioespacial em Natal constitui fenômeno estrutural, historicamente produzido e racialmente diferenciado. A distribuição territorial da população por raça/cor, quando analisada em conjunto com os indicadores habitacionais e de infraestrutura, revela a existência de um padrão espacial persistente de desigualdade.

A lógica centro-periferia manifesta-se na concentração dos melhores indicadores de habitabilidade nas áreas centrais, enquanto os setores com maior presença de população preta e parda concentram maiores níveis de adensamento domiciliar, precariedade sanitária e vulnerabilidade educacional. Tal sobreposição indica que o espaço urbano não apenas reflete desigualdades sociais, mas opera como mecanismo ativo de sua reprodução.

A superação do padrão identificado exige uma abordagem que reconheça a dimensão racial da desigualdade urbana, incorporando princípios de justiça espacial e redistribuição territorial de investimentos. A ampliação do acesso ao saneamento básico, a regularização fundiária e a qualificação habitacional das periferias devem ser compreendidas como estratégias de enfrentamento estrutural.

A noção de “*apartheid* à moda brasileira”, empregada como metáfora analítica interpretativa, permite sintetizar essa relação entre desigualdade econômica, racialização histórica e produção seletiva do território. No caso de Natal, observa-se a consolidação de uma geografia da desigualdade que mescla diferenciação racial e acesso desigual à infraestrutura urbana.

Portanto, os resultados indicam que a segregação socioespacial em Natal deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, no qual

fatores históricos, raciais, econômicos e institucionais se entrelaçam na produção do espaço urbano. A persistência de padrões territoriais que associam concentração racial, precariedade habitacional e menor acesso à infraestrutura evidencia que a desigualdade urbana não se limita à esfera da renda, mas se materializa em formas concretas de diferenciação territorial.

Nesse sentido, a leitura do espaço urbano a partir da relação entre raça, infraestrutura e condições de moradia revela-se fundamental para compreender os mecanismos contemporâneos de reprodução da desigualdade nas cidades brasileiras. O enfrentamento desse padrão exige políticas públicas orientadas pela justiça espacial, com distribuição territorial de investimentos e reconhecimento explícito da dimensão racial na produção do espaço urbano.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 1984.

GOES, Fernanda Lira et al. **Atlas das periferias no Brasil**: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. 435 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/e1768f8d-eae3-4484-aa41-a3522632dc92>. Acesso em: 3 jun. 2025.

HARVEY, David. **O espaço do capital**: crítica à geografia política. São Paulo: Loyola, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101842.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: População e Domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1968.

MEDEIROS, Amanda Kellen Silva de. **Exclusão social e projetos habitacionais: um estudo sobre conjuntos habitacionais, segregação e exclusão social em Natal/RN**. 2012. 310 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MOURA, Jéssica Moraes de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 339-359, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/NNtP5gcdxQSJCGKSMvwkdjh/abstract/?lang=pt>.

OJIMA, Ricardo.; MONTEIRO, Felipe Ferreira.; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima do. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 9-20, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/22043>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 176 p.

SILVA, Michel Jairo Vieira da. **O turismo de massa e a cidade: processos de integração versus segregação socioespacial em capitais nordestinas (Recife-PE e Natal-RN) a partir de registros (vlogs) de viagem de turismo doméstico**. 2017. 310 f. Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e periferia. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 25-31.

YACOBI, Haim. From 'ethnocracy' to urban apartheid: the changing urban geopolitics of Jerusalem/al-Quds. **Cosmopolitan Civil Societies Journal**, v. 8, n. 3, p. 100-120, 2016.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical notes on 'gray cities': the coming of urban apartheid? **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 88-100, 2009.

Recebido em 02/04/2026

Aceito em 22/05/2026